PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Thatianne de Oliveira Silva

**DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
NO BRASIL
A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS DE PROTAGONISMO E AUTONOMIA**

GOIÂNIA
2021

Thatianne de Oliveira Silva

**DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL
A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS DE PROTAGONISMO E AUTONOMIA**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Prof.^a Dr^a . Margot Riemann Costa e Silva

GOIÂNIA
2021

Thatianne de Oliveira Silva

**DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
NO BRASIL
A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS DE PROTAGONISMO E AUTONOMIA**

Monografia defendida no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Aprovada em pela seguinte Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Margot Riemann Costa e Silva
Orientadora – PUC/ Goiás

Prof.º Dr. Aldovano Dantas Barbosa
Membro Banca Avaliadora – PUC/Goiás

Prof.º Ms . Danilo Joaquim da Silva
Membro Banca Avaliadora – PUC/Goiás

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pela saúde e força para concretização deste trabalho.

Aos meus pais. À minha mãe Meiry Maria da Silva Oliveira (in memoriam) que mesmo não estando presente, me deu o dom da vida, ao meu pai Sebastião Ferreira de Oliveira Neto que se fez presente em todos os momentos até aqui, aconselhando e segurando minha mão nos momentos mais difíceis.

Agradeço à minha avó Terezinha Ferreira de Oliveira (in memoriam) e ao meu avô João Luiz da Silva (in memoriam), que se fizeram presentes no cuidado, na dedicação, e nos ensinamentos; sempre quando penso em vocês, sinto o coração quentinho por todo amor e carinho.

À minha tia, que me acolheu como filha, cuidou, zelou com carinho e amor. Sempre esteve ao meu lado, me deu um colo de mãe. Parte do que sou hoje, devo a você.

A minha madrastra quem deu continuidade na criação, e nos ensinamentos com carinho.

Ao meu marido, pela paciência, carinho, incentivo. À minha irmã Thaynara Rodrigues, à minha tia Josenita, pelos incentivos e conselhos.

Às minhas amigas(os) Bruna, Kamila, Grazi e Lucas, com quem dividia a angústia das provas, e as alegrias das aprovações.

Em especial ao meu filho Arthur, meu parceiro de noites em claro, de “te amos” espontâneos, que é o meu maior incentivo da vida, um presente de Deus. Que me ensinou o amor sem quantia, sem esperar nada em troca, e me mostrou que sou capaz de enfrentar o mundo.

Agradeço a todos os meus professores do curso de Serviço Social, pelos ensinamentos, dedicação. Em especial ao professor Aldovano (supervisor acadêmico) e o Danilo (supervisor de campo) que mesmo diante do período de pandemia se reinventaram, para que pudesse passar um ensino de qualidade, a melhor experiência, minimizando não só dúvidas, mas também angústias, me fazendo sentir incluída e segura para dar continuidade e conclusão ao curso.

A minha orientadora Margot, pela paciência, dedicação, que me auxiliou, contribuindo também com o desenvolvimento deste trabalho.

Obrigada a todos e todas, que direta ou indiretamente fizeram parte desta conquista.

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como tema a trajetória dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, trazendo a importância de espaços de protagonismo e autonomia. Busca abordar o papel das ferramentas que o Estado utilizou e ainda utiliza frente às problemáticas das crianças e adolescentes até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem como objetivo central: investigar a importância da garantia de direitos de crianças e adolescentes no sentido de garantir o protagonismo e a autonomia. Considerando toda história infantojuvenil brasileira, a luta por garantias de direitos de crianças e adolescentes, reflete em toda sociedade, pois todos somos responsáveis por assegurar o acesso aos mesmos.

Palavras-chave: Criança e Adolescente, Serviço Social, Protagonismo, Estatuto da Criança e do Adolescente, Autonomia.

ABSTRACT

This monographic work has as its theme: The trajectory of the rights of children and adolescents in Brazil, bringing the importance of spaces of protagonism and autonomy, seeking to address the role and tools that the State used to address the problems of children and adolescents from 1927 to the creation of the ECA as the capitalist system advanced and as it developed. In order to contemplate the research in its entirety as a general objective: To specify the relationship of legislation for the legal protection of children and adolescents in the Adolescent Participation Committee (CPA) in order to characterize and delimit the spatial and temporal research field. However, considering all Brazilian children's and youth history, giving voice to children and adolescents and making them a writer of their own history, thus guaranteeing autonomy and human emancipation, making it part of the process of articulation and participation in policies aimed at them.

Keywords: Child and Adolescent, Social Service, Protagonism, Child and Adolescent Statute, Autonomy.

LISTA DE SIGLAS

ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

CAE – Coordenação de Assuntos Estudantis

CAC – Coordenação de Arte e Cultura

CCE – Coordenação de Cursos, Eventos e Projetos Especiais

CDEX – Coordenação de Extensão

CECOM – Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos

CEDCA – Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente

CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social

CESAM – Centro Salesiano do Aprendiz

CF – Constituição Federal

CIDC – Convenção Internacional dos Direitos da Criança

CONANDA – Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPA – Comitê de Participação de Adolescentes

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECDF – Escola de Circo Dom Fernando

FCBIA – Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência

FEBEM – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor

Fórum DCA – Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

IDF – Instituto Dom Fernando

INAM – Instituto Nacional de Assistência a Menores

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNBEM – Política do Bem-Estar do Menor

PROEX – Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil

PUC Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

UCG – Universidade Católica de Goiás

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

SUMÁRIO	9
1 INTRODUÇÃO	10
2 A Proteção Estatal do Código de Menores para Crianças e Adolescentes.	12
2.1 O Código de Menores de 1927	13
2.2 O Código de Menores 1979	14
2.2.1 O Sistema de Assistência ao Menor	15
2.3 Movimentos Sociais e reflexos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.	17
3 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Avanço e Desafios Diante Dos Direitos Assegurados no ECA.	21
3.1 Políticas de Garantias	24
4 Escola de Circo Dom Fernando (ECDF): construindo espaços de protagonismo e autonomia para crianças e adolescentes	27
4.1 A Escola de Circo Dom Fernando e o Serviço Social	27
4.2 O Serviço Social no ECDF	33
4.3 O Circo Social como educação não-formal	37
4.4 Crianças e Adolescentes têm o direito de participar de instâncias políticas deliberativas? Apresentando o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA)	41
5 Considerações Finais	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema a trajetória dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, e em especial abordar como se deu a luta por um sistema de garantia de direitos. O objetivo central é investigar a importância da garantia de direitos de crianças e adolescentes, no sentido de garantir seu protagonismo como cidadãos e sua autonomia.

O problema norteador da pesquisa foi a pergunta: qual a importância da inserção de crianças e adolescentes nos espaços de discussões políticas para a efetivação de direitos? Partiu-se da hipótese que ao pensarmos crianças e adolescentes como sujeitos de sua própria história, é necessário que espaços de protagonismo e autonomia sejam cada vez mais ofertados. Para avançar nesse entendimento, faz-se necessário contextualizar a história da infância e da juventude no Brasil e as ações que buscam dar lugar e voz às crianças e adolescentes, tornando-os escritores de suas próprias histórias e promovendo a constituição de sua autonomia e emancipação humana. Vale lembrar que, o processo de articulação e participação destes nos espaços de discussão relacionados ao direito de crianças e adolescentes, em especial nos espaços de conselhos, caracteriza um processo de efetivação da cidadania. Possibilita assim a reflexão e oportuniza novos horizontes, tornando possível a transformação das realidades vivenciadas por crianças e adolescentes e suas famílias.

Esta pesquisa estabeleceu os seguintes objetivos específicos: Identificar as atividades executadas na Escola de Circo Dom Fernando (ECDF) pelo Comitê de Participação de Adolescentes (CPA); Descrever de que forma o Serviço Social contribui com criança e adolescentes da ECDF; Compreender como se desenvolve o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA).

Para fundamentação desta pesquisa foram necessárias a utilização dos seguintes tipos de pesquisa, a saber: bibliográfica com vista a levantar um arcabouço teórico sobre as temáticas de análise; documental, tendo como base os registros de participação materializados em forma de relatórios, atas e quaisquer outros documento que comprove, relata e descreve as ações executadas pelo serviço social dentro da ECDF e que se encontram disponíveis na mesma bem como legislações e normativas que aborda sobre a temática de análise como: Brasil (1988), Eca (1990) e

tendo como principais autores Rizzini (1995), (2000); Faleiros (1995); Veronese (1999); Liberati (2002); Gohn (2001); Oliveira (2017); Cossetin, Lara (2016).

O presente trabalho se estrutura em quatro capítulos: de início o introdutório. A seguir trago a discussão dos Código de Menores e a ineficácia do atendimento voltado para infância e a juventude no Brasil com a implementação deste Código. Na sequência, percorre-se o processo histórico de rompimento com o sistema autoritário assistencialista e conservador e o nascimento do ECA, buscando abordar o papel e as ferramentas que o Estado utilizava frente às problemáticas da época conforme avançava o sistema capitalista.

Busca-se pontuar sobre os movimentos que atuaram na defesa de direitos de criança e adolescentes para que se tornasse possível inserir os direitos na Constituição Federal de 1988, colocando o Brasil em uma nova fase pós ditadura militar, diante de novos ideais de democracia, com formação ampla para a participação da sociedade civil, e reconhecendo crianças e adolescente como sujeitos de direitos.

Dentro do mesmo segmento apresenta-se a importância de criança e adolescente nos espaços de deliberação, como protagonistas da sua própria história, uma voz a ser ouvida, espaços esses como conselhos, conferências, dentre outros, provocando uma ruptura do discurso de fazer política 'para' criança e ao adolescente e parte para prática de fazer política 'com' crianças e adolescentes.

Nesta perspectiva apresenta-se a Escola de Circo Dom Fernando (ECDF), um programa de extensão da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) fundada em 1996, a EDCF tem a finalidade de atender crianças e adolescentes na faixa etária entre zero a dezessete anos de idade, disponibilizando 110 (cento e dez) vagas para esse público infantojuvenil, sem distinção de raça/etnia, religião ou situação socioeconômica.

2 A Proteção Estatal do Código de Menores para Crianças e Adolescentes.

O Código de Menores foi um dos primeiros mecanismos de normatização e conduta de crianças e adolescentes no sistema jurídico brasileiro. Essa ferramenta normatizadora apresentou-se como consequência de um período em que predominava a cultura autoritária. Naquele período não havia interesse em atender e resolver situações que estavam relacionadas às crianças e aos adolescentes, estas problemáticas estavam diretamente ligadas ao contexto social a que estavam inseridas (FONSECA, 2014).

O contexto socioeconômico influenciou na constante associação de pobreza e delinquência. O Código de Menores tornou-se seletivo e discriminatório, crianças e adolescentes que cometiam delito, no século XIX eram tratados como delinquentes e vadios, neste período estes sujeitos sofriam com a ausência de distinção entre juvenis e adultos, um ato de roubo por exemplo, caracterizava-se a mesma conduta de um adulto (FONSECA, 2014).

No início do século XX foi marcado por constantes debates sobre os direitos humanos, isso provocou um movimento que trouxe duras críticas ao Código de Menores, pois o mesmo não exibia distinção de tratamento para casos de delitos realizados por jovens e adultos. Em muitas ocasiões eram titulados de delinquentes, não tendo uma lei específica, estavam sujeitos a cumprirem punição como se adultos fossem, órfãos, negros, pobres, abandonados, aqueles que não se ajustassem ao padrão social não encontravam amparo (FONSECA, 2014).

A tarefa do Estado naquele contexto era trabalhar para conter o avanço de ações irregulares dos menores marginalizados, a tentativa era atender as expectativas das classes dominantes, uma vez que os jovens marginalizados ocupavam os grandes centros em busca de fuga da sua realidade socioeconômica, devido a pobreza de grande parte da população.

[...] a medidas preventivas e corretivas, que estariam a cargo de instituições públicas. O Código de Menores Mello Mattos, de 1927, consolida legalmente esta prática de prevenção ligada ao ideário de periculosidade (Oliveira apud COSSETIN E LARA, 2016, p. 117)

O Código de Menores seguia um caráter preventivo com viés repressor dado que a intervenção se dava num cenário de exclusão social, não se previa os direitos destes sujeitos mas sim um processo punitivo (COSSETIN, LARA, 2016)

2.1 O Código de Menores de 1927

Conforme avança o sistema capitalista, o país se desenvolve em vários outros aspectos, se normatizavam legislações voltadas para a criança e para o adolescente. Com isso, em 1920 ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que levou a criação sintética da proteção social. O primeiro Código de Menores brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 ficou, conhecido como Código Mello Mattos o nome foi em homenagem ao seu idealizador, o juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, nascido em Salvador/BA, no ano de 1864.

Mello Mattos formou-se no curso de direito pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1887 e atuava como promotor, advogado criminal e na área do magistério. Passou a criar projetos em meados da década de 1920, em 1923 criou o Juizado de Menores do Distrito Federal, do qual se tornou titular em fevereiro de 1924.

Fez parte também da Corte de Apelação do Distrito Federal da 3ª Câmara Cível e foi eleito no mesmo período vice-presidente da Associação Internacional de Juízes de Menores localizada em Bruxelas, na Bélgica (ZANELLA, LARA, 2015). Diante do Juizado de Menores, Mello Mattos atuava no sentido de impedir o trabalho de crianças e adolescente que colocavam em risco a saúde, física ou moral dos mesmos e com isso enfrentou se colocando contra membros da sociedade da época que tinham interesse na mão de obra barata resultante do trabalho de crianças e adolescentes. Ocorreram diversos conflitos sobre a inconstitucionalidade do código Mello Mattos, contudo o Supremo Tribunal Federal considerou a constitucionalidade do código (BRITTO, 1929).

Corrêa (1928) considerava o Código de Menores uma grande conquista social: “Toda obra humana tem suas falhas, é sabido, todavia, o nosso povo hoje possui essa grande conquista social que é o Código de Menores, magnífica prova de proteção à pessoa física na primeira fase da existência”. (CORRÊA, 1928, p. 74 sic).

Independente das polêmicas acerca do Código de Menores, a obra de Mello Mattos foi, evidentemente, um marco referencial na legislação voltada à proteção da criança e do adolescente de baixa renda na história do nosso país. Contudo decisões que se limitavam aos artigos do Código Penal quando falavam em criança e adolescente foram normatizadas. De acordo com Rizzini (1995) através dessa legislação criou um conceito de menor abandonado que encobria, na verdade, uma tentativa de regulamentar a educação dos filhos das famílias pobres, já que se referia basicamente a situações vividas por menores das camadas populares, tais como não ter habitação certa, não contar com condições mínimas de subsistência, estar empregado em ocupações proibidas ou contrárias à moral e aos bons costumes, vagar pelas ruas ou mendigar, entre outras. O código citado foi o primeiro criado no Brasil para dar assistência e proteção de forma sistematizada aos menores pobres, delinquentes e abandonados com idade inferior a 18 anos.

Segundo Faleiros (1995, p. 63), esse código incorporou “tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista” de modo que previa o acompanhamento da saúde das crianças e das mães de leite por meio da inspeção médica e da higiene, e ponderava no abandono físico e moral das crianças, retirando o pátrio poder dos pais, internando os abandonados socialmente repreendendo e instituindo a liberdade vigiada aos jovens autores de infração penal. No âmbito do reconhecimento jurídico, uma das mais importantes.

Em referência ao atendimento voltado para infância e adolescente no Brasil, identifica que este processo foi marcado e tensionado pela relação entre o setor público e privado, desde a formação do Estado brasileiro, os interesses privados, em sua grande maioria, sobrepunham aos interesses públicos, demarcando um terreno repleto de forças autoritárias, na perspectiva de articulação do assistencialismo e clientelismo Faleiros (*apud* COSSETIN E LARA, 2016).

O modelo de Estado assistencialista cresce no período de 1930 e 1945, instituído de Estado Novo, trazia em sua organização serviços públicos de atendimento em contrapartida às iniciativas privadas até então prevaletentes.

2.2 O Código de Menores 1979

No ano de 1979, decretado pela Lei nº 6.667 de 10 de outubro, foi aprovado um novo Código em que praticamente, quase nada mudaria, em relação ao antigo Código de “Mello Matos”. Esse código desencadearia um novo termo: “menor em situação irregular”, onde tratava do menor de 18 anos de idade que se encontrava abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, com desvio de conduta e autor de ato infracional (BRASIL, 1979).

A crítica que se fazia a esse código era que ele não diferenciava criança e adolescente que praticava ato infracional, daquele que era, de fato, vítima da pobreza, do abandono, dos maus-tratos e diversos outros fatores. De acordo com a legislação vigente, para o novo, todos envolvidos nesse cenário estariam em “situação irregular”, seriam tratados da mesma maneira: afastados da sociedade e segregados (VERONESE, 1999).

O que atribuiria a situação irregular da criança e adolescente da época seria derivado da conduta pessoal, ou seja, no caso de infrações por ele praticadas, ou de desvio de conduta, de fatos ocorridos na família (como os maus-tratos) ou da sociedade (abandono). Desse modo o menor estaria em situação irregular, pelo olhar da sociedade e da legislação, para o novo Código de Menores não havia diferença de tratamento entre os menores com os demais sujeitos infratores as ações que os tornavam pessoas especiais, era devido a fase conturbada de transformação que sofrem (tentativa de redefinir o caráter social, sexual, ideológico e profissional), e nisso eram ignoradas (LIBERATI, 2002).

No entanto, é claro o caráter discriminatório do Código, devido a frequente associação da pobreza à delinquência, tinha-se como grande alvo da legislação, crianças e adolescentes pobres, negras, de baixa ou sem escolaridade.(LIBERATI, 2002).

2.2.1 O Sistema de Assistência ao Menor

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM-1941), a partir do decreto da Lei nº 3.799, criado pelo governo federal, que teve a iniciativa de criar um órgão e centralizar a assistência ao menor, começando pelo Distrito Federal. O objetivo do órgão era a organização dos atendimentos e estudos sobre crianças e

adolescentes para demonstrar tratamentos de forma racional, a idéia era que fosse centralizado em um único órgão, e fosse defendido no âmbito privado e público.

Para Rizzini (1995, p. 277):

O SAM seria um órgão um “órgão central orientador”, que, pela divulgação de normas de trabalhos e de resultados de estudos e pesquisas, proporcionaria aos “serviços estaduais a possibilidade de moldarem suas intuições pelas da capital, além de proporcionar estratégias, para aperfeiçoamento do pessoal técnico das organizações estaduais ou municípios (RIZZINI, 1995, p. 277).

No ano 1944, por meio da Lei nº 6.685 de 11/09/1944, o SAM passaria atuar em todo o Território Nacional, passando a prestar aos menores desvalidos e infratores das leis penais no país assistência social em todos os aspectos (RIZZINI, 1995).

Após uma série de críticas e denúncias em torno da problemática do trabalho do SAM, em 1961, foi instaurada uma comissão de sindicância, que incitou a criação do Instituto Nacional de Assistência a Menores (INAM), para substituir o SAM, porém foi em 1964 atribuído pela Lei nº 4.513 de 01 dezembro, decretado a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que substituiria definitivamente o SAM (VERONESE, 1999, p.32).

A instituição foi criada com o objetivo de formular e implantar política nacional sobre a problemática vivida pela criança e adolescente em todo território nacional. Sendo ela o órgão de instância maior que implementou a criação das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM), a FEBEM era vinculada à Secretaria do Estado e Serviço Social, onde era destinada a prestar assistência à criança e adolescente de zero a dezoito anos (COSSETIN, LARA, 2016)

Mesmo com a criação de instituições, a problemática por parte dos modelos do Estado, se vê constantemente como grandes problemas sociais como o aumento da violência, analfabetismo e exploração sexual infantojuvenil (COSSETIN, LARA, 2016).

Porém, a FUNABEM se estendeu até o ano de 1990, quando foi extinta, juntamente a outros órgãos públicos federais, por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, publicada oficialmente no Diário Oficial da União no dia 13 de abril de 1990. No Art. 13º, passaria a denominar-se Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA), que teve por objetivo formular, normatizar e coordenar a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, no entanto, prestaria

assistência técnica a órgãos e entidades que executariam essa política (COSSETIN, LARA, 2016).

2.3 Movimentos Sociais e reflexos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Ocorreram mudanças significativas na política e nas instituições responsáveis pelas crianças e adolescentes de famílias de baixa renda devido ao golpe de 64, o regime aumentou a insatisfação que foram respondidas por novos movimentos sociais e os históricos. Em meados anos 80, a mobilização intensa dos movimento social pela bandeira da criança e adolescente, foram de extrema importância para a articulação de uma nova conjuntura e a inclusão de uma nova referência e a ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. O debate sobre a criança e, o adolescente ocupou espaços públicos e privados, o estado não dava conta e oferecer meios adequados para crianças e adolescentes de baixa renda ou extrema pobreza, em especial para os meninos e meninas de rua, o que deixava a sociedade mais inquieta concentrando-se, cada vez mais, nos centros urbanos (VIEIRA, 2018).

Na década de 1985 os movimentos sociais se voltaram para o debate sobre a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, com altas índices de denúncias, o aborrecimento da sociedade civil desencadeou mobilização contra as diretrizes jurídicas, Código de Menores, Política Nacional de Bem-Estar do Menor em defesa dos direitos, e o fortalecimento da democracia e cidadania:

[...] um clima de efervescência com o processo de transição político democrática, com o (novo) sindicalismo, com o movimento das “Diretas Já”, com o movimento pela anistia e com lutas por direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis. A política brasileira, nos meados dessa década, tinha como marco a Nova República, que intencionava o exercício da democracia, da cidadania e da regulamentação do Estado de direito. [...] Como reflexo deste contexto, no campo da infância ocorreu uma ampla mobilização nacional, com repercussão internacional, que visava à defesa dos direitos de crianças e adolescentes e lutava por mudanças no Código de Menores, na mentalidade social e nas práticas judiciais e sociais dos órgãos do Estado que implementavam a política destinada a esse segmento. (Silva, apud CARDOSO, SOBRAL, SILVA, 2015, p. 576)

Em 1987 com a insatisfação da sociedade civil, pela falta de assistência a crianças e o adolescente houve diversas manifestações, que resultou na criação da

Comissão Nacional Criança e Constituinte, formada por representantes das organizações governamentais e não governamentais, levantando sugestões que procuravam concretizar os direitos de crianças e adolescentes, o que levou a mudanças no discurso sobre a infância na produção da constituição federal de 1988 (GUIMARÃES, 2014).

Ao mesmo tempo que se desenvolvia e estruturava-se a constituição, novas legislações surgiam com intuito de substituir o Código de Menores, criava-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a situação política e social contemplava o debate quanto a:

[...] descoberta do significado da ação coletiva no curso da História, enquanto reabertura de um espaço coletivo reiteradamente negado pelo Estado, e por onde foi possível pensar a sociedade e a política não mais como objetivação das estruturas ou da ação do Estado, mas como cenário criado e recriado pelas práticas de sujeitos em conflito. O que não é pouco, quando se pensa a tradição de um país em que as lutas políticas sempre estiveram voltadas para o Estado, visto como espaço exclusivo e único do acontecer da História. (TELLES, 1994, p. 65).

Em razão da realidade política econômico-social, iniciaram-se duras críticas frente ao atendimento prestado pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada e regida pela Lei Federal nº 4.513/64, que possuía o intuito da formulação e implementação da Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM) em todo o território nacional. Guimarães (2014, p. 13) revela que a instituição se transformou em uma

[...] vasta empresa destinada a ocultar a realidade, porque construímos imensos estabelecimentos carcerários para menores, sem os dotar de meios educativos [...], ou seja, uma instituição criada para realizar a ressocialização da criança e do adolescente, oferecendo a ele meios educativos para mudar a realidade expressamente vivida por ele, acaba por reafirmar de uma forma arbitrária o mesmo contexto de negação de direitos.

Grandes empresas que escondiam a verdade quanto aos serviços prestados de encarceramentos de crianças e adolescentes e que não efetivavam as propostas de cunho educativos. Instituições essas, que foram criadas com intuito de regenerar

e ressocializar crianças e adolescentes por meio educativo, falharam com suas funções.

Despertava neste momento a discussão que se estabelece até datas atuais, a importância e o papel do Estado em desenvolver políticas públicas que atendam a classe social mais marginalizada e investir prioritariamente em educação e saúde.

Os movimentos sociais que marcaram a década de 1980, trouxeram grandes realizações no âmbito dos direitos sociais. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) levantou a discussão quanto à realidade das crianças e adolescentes inseridas no contexto social da época, ao qual, estavam sujeitas a marginalização e condições de rua (SOUZA, 2016).

As sociedades naquele período condicionavam as crianças e adolescentes a assumirem responsabilidade sobre suas ações quanto às suas condições de vida, ignorando o processo de exclusão social que estes sofriam, ainda sim neste contexto alguns educadores buscavam acompanhar jovens em tais situações (SOUZA, 2016)

O movimento, trazia por objetivo aproximar educadores e sociedade civil das crianças que viviam em situação de rua, buscando modificar o contexto a que elas estavam sujeitas, isso vinha de um reflexo das buscas por direitos em âmbito internacional, discutido pela ONU, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

-

Esse contexto que rodeava a década de 80 estimulou militantes que defendiam os direitos das crianças e adolescentes a se manifestarem junto com outros movimentos sociais que lutavam pela mudança de atendimento em diversos campos da sociedade, um deles foi o MNMMR (SOUZA, 2016, p. 2)

Congressos, Assembléias e Encontros foram promovidos em todo o Brasil, no intuito de abranger uma discussão mais apropriada quanto a necessidade de um sistema de garantias, contrapondo ao contexto de miséria a que grande maioria da população estava sujeita. Em 1988, o movimento entende por prioridade o acolhimento a criança e ao adolescente, surge da Campanha Prioridade Nacional o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Nacional DCA), que passa ao papel de representar a voz da sociedade civil (SOUZA, 2016).

O Fórum DCA introduz e configura novas formas e alternativas de fazer política, assim, foi possível inserir os direitos da criança e do adolescente na Constituição

Federal. A emenda Criança Prioridade Nacional foi incluída, quase na íntegra, nos art. 227 e 228 da Constituição Federal de 1988. O artigo 227 na Constituição Federal expressa o princípio da corresponsabilidade que se refere à atuação da família, da sociedade e do Estado na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes: É dever da Família, da Comunidade, da Sociedade em geral e do Estado assegurar a prioridade absoluta a todas as crianças e adolescentes. Este foi o maior movimento popular pela mudança de uma lei no Brasil (SANTOS, 1998).

3 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Avanço e Desafios Diante Dos Direitos Assegurados no ECA.

A Constituição Federal de 1988, rompe com os padrões repressor instalado no período de ditadura militar que negou direitos, assim a mesma vem pra garantir os direitos básicos e essenciais assegurados constitucionalmente, com ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, e com participação popular, e a inclusão de crianças e adolescentes construindo então um novo cenário.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Contudo a CF de 1988 se configura com marco no quesito infância e juventude a mesma assegura direitos básicos e essenciais de crianças e adolescentes, diante disso crianças e adolescentes deixam de ser objetos do processo, para se tornarem cidadãos de direito, como disposto no artigo 227. Um novo cenário começa a ser traçado, a infância e a juventude ganham mais força com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1990, trazendo grande mudança em relação à realidade posta a estes. O ECA traz o reconhecimento das crianças e adolescentes como cidadãos de direitos, portanto, assegurados pela constituição, passam da situação de menor para criança cidadã e o adolescente cidadão.

No dia 13 de julho de 1990, “nasceu” o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8.069/90, a qual foi resultado de enormes mobilizações para que crianças e adolescentes fossem reconhecidas como cidadãos de direitos e que deixassem de ser tratadas como objeto, respaldadas em um código ultrapassado e conservador. (Gohn, apud POLETTTO, 2012, s/p)

No ano de 90, também foram instituídas as seguintes regulamentações com base nos direitos sociais: a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal nº 8.080/90); o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Lei Federal nº 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal nº 9.394/96); a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – LOSAN (Lei Federal nº

11.346/06) e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esses instrumentos garantem o atendimento das necessidades da população, com ênfase nas crianças e nos adolescentes. (GUIMARÃES, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um dos principais instrumentos ao se tratar de garantias de direitos, ele garante acesso dos mesmos à saúde, à alimentação, ao lazer, educação, a profissionalização e ressalta o direito à vida o respeito, a dignidade e a participação de criança e adolescentes no âmbito da sociedade. (Schmidt, *apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017)

No cenário de políticas infanto-juvenis no início da década de 90, deixa de existir a FUNABEM; a qual é substituída pela Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência FCBIA, com objetivo de deixar para trás práticas autoritárias repressoras e assistencialista impostas na época. (Silveira, *apud*, OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017).

Contudo, agora passa a ser dever do Estado criar e efetivar e garantir políticas públicas que protejam o crescimento e desenvolvimento saudável, proporcionando uma realidade digna à existência e sobrevivência de crianças e adolescentes e é dever de todos assegurar que não haja violação dos direitos. Esse fato pode ser verificado nos artigos 70 e 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam:

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. [...]

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Quanto à saúde e à assistência, o estado tem o dever de criar e manter serviços de qualidade que permitam o nascimento e o desenvolvimento, como também condições dignas de existência, assegurando a gestantes o acesso ao pré-natal e todas as condições necessárias, estes serviços devem ser ofertados de forma gratuita nas unidades de atendimento (Schmidt, *apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017).

Também faz parte da função do Estado garantir a educação de qualidade de forma gratuita em todos os níveis, atentando-se e prestando o atendimento educacional especializado a portadores de deficiência, dando a oportunidade do acesso para seu desenvolvimento intelectual, social, cultural, de forma qualificada e

apropriada, assim preparando crianças e adolescentes para inserção ao mercado de trabalho (MILANO FILHO, 2002).

Vale destacar que no Brasil, a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes é assustadora, e que um número significativo das mesmas, vivem em situações de risco por falta de oportunidades, abrindo mão da escola, prejudicando seu aprendizado, o desenvolvimento social. Para que de forma prematura e desassistida se insiram no mercado de trabalho, ficando expostos, a acidentes, assédio sexual, as drogas, ao esforço físico intenso, sendo privados da infância trazendo graves consequências como impactos físicos e psicológicos, e a perpetuação do ciclo. Silva, destaca que as crianças e adolescentes que são levadas a:

[...] assumir responsabilidade de adultos tornando-se responsáveis muitas vezes pelo sustento da família. Momentos de crise ocorrem em várias etapas de amadurecimento e crescimento do homem. Na adolescência, esta crise é de identidade, revestindo-se de maior vulnerabilidade, pois as estruturas sociais na concepção do jovem não estão definidas. Muitas vezes a desestruturação familiar, novos desafios e as várias responsabilidades impostas acabam por levar estes indivíduos para um caminho mais “fácil”, um caminho obscuro e que lhe traz enormes consequências (sic). (SILVA, 2011, p. 14).

Dentre os princípios constituídos no, destacam-se: o Princípio da Prioridade Absoluta e o Princípio do Melhor Interesse da Criança e Adolescente, o primeiro é referente ao artigo 227, o qual estabelece que os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser assegurados com absoluta prioridade; o segundo trata-se do princípio do melhor interesse da criança e adolescente que resguarda que todos os direitos devem ser literalmente respeitados e compreendidos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme Silveira (2003, p. 60), vincula-se a “[...] princípios e técnicas do direito, aos conceitos da ciência jurídica, voltado para o que é justo, o bem comum e a equidade social”. A autora ainda destaca que esse instituto “[...] é resultante de um amplo movimento que lutou e luta pelos direitos da população infanto-juvenil. Inspiração que se fundamenta na Doutrina de Proteção Integral, já presente nas normativas internacionais dos direitos da criança” (Silveira, *apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 12).

A doutrina da proteção integral (referida no artigo 1º do ECA) foi assegurada jurídica e socialmente com base na Convenção Internacional sobre os Direitos da

Criança, em conformidade com a ordem jurídica internacional, por meio da Organização das Nações Unidas, e normatização dedicada à população infanto-juvenil (SCHMIDT, 2013). O autor complementa, afirmando que “[...] a criança e o adolescente como ‘sujeito de direitos e deveres’; respeitá-los como ‘pessoas em condição peculiar de desenvolvimento’; e dar-lhes a ‘prioridade absoluta’ ao atender às suas necessidades” (Schimidt *apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 13).

Para que a doutrina da proteção integral possa ser efetivada, Ramidoff (*apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 13) ressalta que a criança e o adolescente,

[...] devem ser identificados como sujeitos de direito à proteção integral, vale dizer, a ter direitos individuais de cunho fundamental, com prioridade absoluta no tratamento (cuidado) e principalmente no orçamento, isto é, na dotação orçamentária, privilegiada de recursos públicos para atendimento das políticas públicas paritárias e democraticamente estabelecidas nos Conselhos dos Direitos.

A compreensão da criança e do adolescente como este sujeito de direito requer, portanto, o compromisso do Estado com o desenvolvimento de políticas públicas que garantam acesso à educação, saúde, nutrição e cidadania, destinando portanto, um orçamento para investimentos nessas áreas.

3.1 Políticas de Garantias

Com a Constituição Federal 88, foi possível a implementação de um novo Sistema de Garantias de Direitos, visando a possibilidade de melhoria e garantia no sistema de proteção à criança e ao adolescente (SANTIAGO, 2014).

Ataíde e Silva (2014, p.15) ressalta que com a chegada dessa nova instituição ocorreu uma discussão internacional que originou-se na Convenção sobre os Direitos da Criança,

[...] que teve como marco a lei que originou o artigo 227 da Constituição Federal do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Logo depois, órgãos como o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC – e a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED – realizaram seminários e discussões em torno do SGD que foram reconhecidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – o qual determinou a necessidade de institucionalizar e fortalecer esse sistema.

Ataíde e Silva (2014) destacam também que , para que funcionasse o Sistema de Garantias de Direitos seria preciso formular também as políticas do Estado, com o propósito de responsabilizar todas partes para que se colocassem em prática os direitos dos mesmos.

O cenário político que o ECA se instala, busca concepção cultural, incluindo novos valores, representações, comportamentos, e práticas sociais, não só para criança e adolescentes e sim para todos, refazendo o significado de política com princípios democráticos e deixando para trás métodos assistencialistas, seletivos, excludentes e centralizadores (Silveira, *apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017).

Ainda sobre o que se espera dos Conselhos de Direitos ressalta-se:

“[...] devem prevalecer, sobretudo, os interesses de todas as crianças e dos adolescentes, emerge a necessidade de tornarem-se públicas as experiências acumuladas, devendo-se alterar a cultura privatista presente no interior das mesmas”. “[...] torna-se elemento indispensável no cenário municipal, pois sua essência reside no alargamento do espaço público e na busca de nitidez das relações entre o Estado e a sociedade com vistas a atender direitos de crianças e de adolescentes” (Silveira, *apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 23).

Silveira (*apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 23) ainda complementa que para:

A construção de novos instrumentos e práticas, novas concepções e posicionamentos frente às atuais demandas, desembocam na necessária “revolução cultural”, cuja participação nos novos espaços instituídos torna-se imprescindível na formação das futuras gerações de cidadãos. Questão intrínseca à educação política, sendo que a educação aqui contempla a relação entre o político e o pedagógico, que, de forma simultânea e indissolúvel, movimenta-se, acompanhando a dinamicidade da realidade social, influenciando na criação de novos parâmetros à cultura política.

No contexto de novos espaços institucionais e em concordância com a realidade, Velho; *apud* Silveira (*apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 23) ressalta que “[...] os indivíduos também desempenham o papel de agentes de transformação e mudança da cultura e da sociedade e não são meros joguetes de forças impessoais”.

Telles; *apud* Silveira (*apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 23) completa o seu entendimento:

[...] utopia democrática, que já se desenha no horizonte da sociedade brasileira [...] é feita e refeita a cada momento e nela não estão ausentes problemas, contradições, ambiguidades e fragilidades [...] fazendo circular a linguagem dos direitos, desprivatiza carências e necessidades, demandas e aspirações, ao projetá-las no cenário público como questões que interpelam (e questionam) a opinião pública no seu senso de justiça e equidade.

Nota-se que para se fundamentar um sistema de garantias, precisa-se de um órgão promotor e controlador de direitos em todas as esferas da União, sendo os Conselhos, aqueles que trazem as aspirações da opinião pública quanto aos seus direitos.

4 Escola de Circo Dom Fernando (ECDF): construindo espaços de protagonismo e autonomia para crianças e adolescentes

No próximo capítulo, apresenta-se a Escola de Circo Dom Fernando (ECDF) um espaço de educação não formal para crianças e adolescentes, o qual conta com uma equipe multiprofissional composta por assistente social, coordenadora, psicóloga, dentre outros. Busca atender crianças e adolescentes de sete a dezessete anos de idade. Procura trabalhar temas e assuntos que ressaltam o direito à cidadania e outros que afloram a percepção crítica dos mesmos, de formas diversas, através de rodas de conversas, dentre outros, na ECDF se faz acompanhamento dos educandos nas escolas de ensino formal e junto às famílias. A ECDF tem como objetivo a construção de um diálogo pedagógico no contexto da educação popular a partir de uma perspectiva de promoção da cidadania e de transformação social.

4.1 A Escola de Circo Dom Fernando e o Serviço Social

A ECDF é um dos Programas da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Localizada na Região Leste de Goiânia, na Rua Irmã Inês, na praça do Jardim Dom Fernando I, a Escola de Circo foi fundada em 1996, com a finalidade de atender crianças e adolescentes na faixa etária entre sete a dezessete anos de idade, sem distinção de raça/etnia, religião ou situação socioeconômica (ECDF, 2016).

A PROEX, pró-reitoria à qual está vinculada a ECDF, tem como objetivos: promover o desenvolvimento social, fomentar projetos e programas de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares, garantir valores democráticos de igualdade de direitos e promover a paz por meio de uma educação em interface com a cultura.

Dentro da PROEX existem várias coordenações, são elas: Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), Coordenação de Arte e Cultura (CAC), Coordenação de Cursos, Eventos e Projetos Especiais (CCE), Coordenação de Extensão (CDEX) e o Instituto Dom Fernando (IDF).

O IDF, fundado em 1995, como um programa da Extensão da PUC-GO, tem como seu principal objetivo a realização de atividades sociais que possam despertar

a consciência de cidadania de crianças, adolescentes e jovens e, ainda, promover a socialização com suas famílias.

Como um dos Programas vinculados ao IDF, a ECDF tem suas ações no âmbito da proteção básica de crianças e adolescentes da Política de Assistência Social e se enquadra no que determina o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que representa o arcabouço da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil, e se efetiva por meio um conjunto de instituições, organizações, entidades, programas e serviços de atendimento a crianças, adolescentes e famílias, os quais devem atuar de forma articulada e integrada. Nos moldes previstos pelo Estatuto da Criança e adolescente (ECA) e pela Constituição Federal, com o intuito de efetivamente implementar a Proteção Integral por meio da política nacional de atendimento às crianças e adolescentes.

No início a Escola de Circo atendia um grupo de aproximadamente 50 adolescentes da Região, os quais, em sua maioria, estavam envolvidos com o uso de substâncias psicoativas e realizavam pequenos furtos no bairro. As atividades, visavam afastá-los dessas condições, eram realizadas à sombra de uma árvore na Praça do Bairro Jardim Dom Fernando I.

Segundo Silva (2013),

Após esse período na praça eles conseguiram passar suas atividades para o Centro Comunitário, o qual funcionou por mais um tempo, até o IDF conseguir, através de convênios com o poder público Federal, Estadual e Municipal, recursos para iniciar a construção do espaço do circo, bem como contratação da equipe de trabalho. Com a não renovação dos convênios, os recursos vão acabando e a situação da Escola de Circo fica bastante precária uma vez que faltam recursos humanos e financeiros, mas o atendimento às crianças e os adolescentes não param. (SILVA, 2013, p. 15)

O espaço próprio da ECDF foi inaugurado no Dia Internacional do Circo (15 de março) de 1999, com a chegada da lona e de toda estrutura básica de um circo tradicional.

Em 2002, em função da aposentadoria de Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo Metropolitano de Goiânia, Dom Washington Cruz assumiu o cargo. Em decorrência, desse acontecimento ocorreram várias mudanças na SGD e na UCG, o que refletiu no IDF, que teve sua direção substituída. Com essas mudanças, o IDF passou por uma reformulação deixando de ser ligado diretamente à SGD. A comissão

de transição realizou diversos estudos e, em 2004, o IDF tornou-se uma unidade acadêmico-administrativa ligada à Pró-reitora de Extensão de Apoio Estudantil – PROEX da UCG, hoje PUC Goiás.

Decorrente das mudanças mencionadas, no segundo semestre de 2004, o IDF passou a se dedicar, exclusivamente, apenas às temáticas relacionadas à infância, adolescência, juventude e família. “O foco principal da ECDF passou, então, a ser as crianças e, não mais, os espetáculos. Nessa fase, a arte circense volta a ser a centralidade das atividades” (MACHADO, 2008, p. 13). Nesse sentido, a ECDF passou a não mais atender pessoas adultas, mas, a trabalhar, exclusivamente, com crianças e adolescentes, no contra turno escolar.

Desde o início do seu trabalho a ECDF sempre esteve vinculada ao IDF, que até 2004 era ligado diretamente a SGC, após este período o IDF passou a compor a PROEX PUC-Goiás, a mesma iniciou-se por um palhaço chamado Maneco Maracá, que já atuava em outro programa vinculada a SGC, o CECOM, que viu a necessidade de contribuir para que jovens e crianças pudessem sair da situação de drogadição.

A Escola de Circo tem como objetivo contribuir na promoção do reconhecimento dos direitos infantojuvenis e estimular, por meio da consciência crítica para transformação da realidade social das crianças e adolescentes das classes sociais menos favorecidas, pois “a situação de pobreza, desigualdades sociais e a falta de oportunidades para o pleno desenvolvimento são realidades para milhões de crianças brasileiras” (RIZZINI, 2000, p.11).

A ECDF norteia-se pelo modelo de educação não formal na sua área de abrangência da ECDF envolve os Bairros Jardim Dom Fernando I, Jardim Dom Fernando II, Setor Grande Retiro, Vila Concórdia, Vila Pedroso, Jardim Conquista, Residencial Maria Helena, Jardim das Aroeiras, Vila Matilde, dentre outros da Região Leste de Goiânia. Uma das metodologias utilizadas desde a criação da EDCF é a do circo social que, além de se compor com uma variedade de práticas, coloca em ação técnicas de circo, teatro, música, capoeira e as inúmeras artes nordestinas. É importante enfatizar que o circo social busca fundamentos nos saberes da pedagogia, da psicologia, das ciências sociais e no direito (Estatuto da Criança e do Adolescente) (CASSOLI, 2006).

Entende-se por educação não formal aquela que se realiza para além das atividades regulares da unidade escolar.

[...] observa-se uma ampliação do conceito de Educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo, etc. Com isso, um novo campo da Educação se estrutura: o da educação não-formal. Ela aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc. (GOHN, 2001, p. 7).

É nesse sentido que se pode destacar a importância da existência de programas que visam o exercício de uma cidadania, de crianças e adolescentes.

Dessa forma o circo social contribui, por meio de sua prática pedagógica, com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois está centralizada no processo de formação para a vida. O lúdico é imprescindível para o desenvolvimento da criança e do adolescente, uma vez que torna as atividades mais prazerosas e os motivam a darem continuidade ao processo de aprendizagem. De acordo com Jesus,

Através das técnicas de malabares, equilíbrio na perna de pau, acrobacias, corda bamba, comicidade, ilusionismo, que são modalidades do circo e ainda, capoeira, esporte, artes plásticas e recreação, as técnicas circenses têm contribuído para o fortalecimento da autoestima, do desenvolvimento pessoal e do protagonismo infanto-juvenil (Jesus *apud* SILVA, 2013 p. 33).

Conforme ressalta Cassoli (2006), o circo social e suas práticas não objetivam o espetáculo como em um circo comum, nem formar artistas circenses, mas tem sim a finalidade de promover a educação e prestar um atendimento de assistência social por meio de saberes populares, ou seja, fazer da arte uma forma de enfrentamento dos problemas da sociedade.

A ECDF trabalha com uma equipe multiprofissional¹ qualificada para desempenhar atribuições importantes para o desenvolvimento integral de crianças e

¹ Entende-se por equipe multiprofissional, aquela formada por profissionais formados em várias áreas do conhecimento, considerados indispensáveis à realização de um trabalho conjunto, com objetivos e metodologia comuns. Na ECDF essa equipe é composta por um Assistente Social, um Psicólogo, um Pedagogo, três educadores sociais, um coordenador, um assistente administrativo, dois profissionais de limpeza e uma cozinheira (ECDF, 2016).

adolescentes, no sentido de contribuir para formar cidadãos sujeitos de direitos: De acordo com o ECA no Art. 18.

a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 1990, p. 26).

O trabalho realizado pela ECDF está fundamentado na arte circense e voltado à inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Esse programa de extensão tem como objetivo central promover e desenvolver ações socioeducativas e culturais, integrando as dimensões lúdicas, cognitivas, afetivas, emocionais, sociais e culturais.

As atividades da ECDF desenvolvem-se em um ambiente propício às relações afetivas saudáveis, em que crianças e adolescentes têm liberdade para participar, discutir, decidir e construir-se como cidadãos críticos e criativos. “É um local onde eles têm condições de serem eles próprios, emitirem opiniões e críticas, construir as próprias regras e desenvolver o sentido da cooperação, aprender a colocar em prática e seus direitos” (MACHADO, 2008 p. 32).

É um espaço que proporciona, além do lazer, o protagonismo infantojuvenil. Esse aspecto está em consonância com o ECA, em seu artigo 15º, no segundo capítulo, que trata Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade: “criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Ressalta-se que a construção do protagonismo infantojuvenil deve ser não só incentivada como também viabilizada. Na ECDF, no ano de 2014 foi constituído um grupo de adolescentes o Voz Ativa, o qual tem a sua participação dentro de um grupo temático no Conselho Estadual da Criança e Adolescente de Goiânia, sendo um espaço no qual eles próprios podem se expressar e participar, não apenas ouvindo, mas sim opinando em questões de seus interesses. Incentiva-se a participação nas conferências, debates e práticas que os oportunizem conhecer e discutir construção

de seus direitos e a sua compreensão das relações de convivência dentro da sociedade (OLIVEIRA, 2017).

O Voz Ativa do Adolescente faz parte de um grupo Temático denominado Protagonismo, Infantojuvenil no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA) de Goiás, criado em agosto de 2013. O grupo é composto por adolescentes das entidades não-governamentais representadas no Conselho Estadual como o CESAM, CECOM, FUNDAÇÃO PRÓ-CERRADO, Escola de circo Dom Fernando – ECDF, dentre outras. (ECDF, 2017)

Neste contexto estão inseridos os educandos da ECDF, o qual procura estimular a socialização e a politização destes adolescentes e crianças, para enfrentarem a sociedade de contradições da qual fazemos parte. Em uma sociedade dinâmica, a história se apresenta como inacabada, sendo todos nós, adultos ou não, responsáveis pela sua estruturação.

Os recursos pedagógicos utilizados para trabalhar com essas crianças são os elementos da nossa cultura, como: circo; brincadeiras populares; capoeira; *hip hop*, por compreender a dinamicidade dessas manifestações e o potencial para as crianças aderirem a esse tipo de atividade (SILVA, 2013).

As atividades são desenvolvidas em forma de oficinas que se constituem em recurso metodológico central no processo educativo desenvolvido. São atividades culturais e artísticas que têm como objetivo proporcionar às crianças e adolescentes a possibilidade de aprender brincando, a conviver com as diferenças, a interagir, a decidir em grupo (ECDF, 2016).

O Projeto Pedagógico da ECDF revela expressões vividas de nossa realidade e aponta caminhos e as relações que ele mantém diante das culturas populares e suas condições. Assim, na ECDF, é trabalhada a infância, adolescência, juventude, família, educação, circo social, dentre outras, enfatizando o diálogo e a reflexão desse contexto histórico (ECDF, 2016).

Ao longo dos seus vinte seis anos, a Escola de Circo Dom Fernando vem contribuindo e possibilitando aos moradores da Região Leste o contato com a arte circense e as diversas formas de expressões artísticas.

O objetivo da ECDF não é formar artistas circenses e, sim contribuir para a transformação da realidade social dos educandos e, para isso, utilizam-se dos seguintes instrumentos pedagógicos:

Contrato Pedagógico – Essa é uma ação que é realizada em todo início de semestre. É um momento de discussão das regras de convivência que nortearão a condução do trabalho durante o ano. Essas regras ficam expostas na Escola de Circo em um local visível.

Turma de Circo tem Nome – Cada turma tem um nome. O requisito exigido para a escolha é que tenha ligação com o circo. A escolha e a votação acontecem após eles conhecerem a história do circo.

Mapeamento – É realizado no cotidiano das atividades e possibilitará que os educadores possam acompanhar efetivamente o desenvolvimento e o comportamento das crianças e dos adolescentes em cada modalidade. No Livro das Técnicas são registrados os dados desse acompanhamento.

Ficha Técnica – É um registro do que será apresentado como: elenco, adereços, figurinos etc. Esta ficha é elaborada para acompanhamento da produção cultural que será montada na Escola de Circo e ajudará nas futuras apresentações, também importante registro para a história da Escola de Circo.

Circo vai à Escola – É uma oportunidade de os usuários fazerem apresentações nas escolas da região, em especial, onde estudam, com divulgação da proposta da Escola de Circo. Isso ocorre de duas maneiras: em atendimento à solicitação da Escola Formal e/ou por iniciativa da criança ou do adolescente.

Escola vem ao Circo – A Escola de Circo recebe as Escolas da Região Leste e de outras regiões. São realizadas apresentações e/ou oficinas na sede da Escola de Circo para a interação entre visitantes e convidados. É oferecido às escolas visitantes um espaço no picadeiro para que, caso queiram, possam fazer apresentações e, assim, socializarem-se os diferentes saberes (ECDF, 2016).

Observa-se que a ECDF trabalha com as regras de convívio e trabalho para o desenvolvimento do programa de extensão. Na efetivação de direitos e aprendizagem, dessa forma é indispensável a figura de um profissional que luta pela igualdade, liberdade, protagonismo, justiça social e democracia de crianças e adolescentes, que na maioria das vezes são acometidos de tantas situações de injustiça; é nesse contexto sociocultural que se realiza a atuação do Serviço Social na ECDF.

4.2 O Serviço Social no ECDF

O Serviço Social da ECDF é organizado por meio de um projeto de intervenção da equipe multiprofissional e do projeto pedagógico que é o regimento da instituição, desempenho escolar via relatórios, atribuindo-lhe competência para a realização de visitas domiciliares às famílias dos educandos quando necessário, entrevista social que é realizada no ato desta matrícula com a intenção de identificar a situação socioeconômica, a convivência familiar e o desempenho escolar dos mesmos. É

importante ressaltar que, para participar da ECDF, o educando deverá estar matriculado na Escola de regime formal regularmente.

Sabendo-se que é proibida a utilização de imagem de crianças e adolescentes sem autorização dos pais ou responsáveis, durante a entrevista é solicitada uma autorização por meio da assinatura em um Termo de Autorização do Uso de Imagem.

O Serviço Social na ECDF exerce um papel de extrema relevância no processo educacional, atuando no atendimento das demandas e também nas orientações às famílias sobre as necessidades e direitos das crianças e adolescentes, ultrapassando a imediatividade, pois trabalha com base na investigação e planejamento das atividades. De acordo com Lacerda,

Para se pensar sobre o exercício profissional para além da aparência, a todo momento se faz necessário exercitar mentalmente o movimento entre singular e universal no que diz respeito aos elementos envolvidos no exercício profissional cotidiano e suas interconexões com a dinâmica real da sociedade, bem como se pensar em objetivos imediatos e mediatos do exercício profissional, orientando cada pequena ação cotidiana a construções maiores. (LACERDA, 2014, p.24)

Dentre as demandas apresentadas ao Serviço Social, pode-se destacar “as denúncias de situações de violação dos direitos de crianças e adolescentes de acordo com o ECA”; (SILVA, 2013, p. 82, 83). A criança e adolescente são pessoas em desenvolvimento psíquico, social e físico; sabendo disso cabe ao profissional de Serviço Social trabalhar no sentido de preservar e garantir o direito de cidadania para crianças e adolescentes acometidos de injustiça sociais, com base na política de proteção integral.

Tendo em vista a importância destes espaços, o assistente social da ECDF desempenha um papel importante, esclarecendo aos adolescentes e às crianças da instituição sobre sua atuação diante desse processo de democratização.

Nesta perspectiva, analisamos a atuação do assistente social como sendo fundamentada no Projeto Ético Político da profissão, visando a emancipação humana e tendo neste,

um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: ação prática mediada por valores que visa

interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto (BARROCO, 2012, p. 68).

Em relação a situação de trabalho infantil o assistente social “orienta que essa prática não pode ser exercida, já que caracteriza exploração do trabalho infantil, pois a criança encontra-se exposto a situação de risco social e pessoal”. (SILVA, 2016 p.54-55). Essa ação é causada pelo empobrecimento da sociedade, onde as crianças e adolescentes passam a trabalhar para ajudar no sustento da família, mas no que se remete a lei segundo a constituição é proibida essa prática. Assim como ressalta ECA no Art.60. “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”

As principais atividades desenvolvidas pelo profissional do Serviço Social são as seguintes:

Conhecimento dos equipamentos sociais da Região Leste; articulação com as instituições da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente; acompanhamento dos casos de evasão de crianças e adolescentes; participação de pesquisas referentes à realidade socioeconômica e cultural relacionadas a crianças, adolescentes e família; realização de articulações com os demais Programas do IDF, sobretudo, a Escola de Formação da Juventude; supervisão de estágio curricular do curso de Serviço Social da PUCGO; atualização das informações socioeconômicas e familiares das crianças e dos adolescentes matriculados na Escola de Circo; participação das reuniões semanais da equipe; participação das atividades realizadas pelo Instituto Dom Fernando e pela PROEX (SILVA, 2013, p.82/83).

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o Serviço Social realiza,

Entrevistas sociais com todas as famílias no ato da matrícula; orientações às famílias em relação às suas necessidades sociais; encaminhamentos à rede socioassistencial; promoção de palestras com profissionais de diferentes áreas para subsidiarem as discussões com as crianças, adolescentes e famílias (SILVA, 2013, p. 83).

Nessa perspectiva, o Assistente Social trabalha na articulação e socialização das informações entre a família e os equipamentos sociais existentes no espaço territorial, com a intenção de identificar e priorizar direitos de crianças e adolescentes. A articulação da ECDF com outras instituições, têm o objetivo de ampliar ainda mais o acesso de crianças e adolescentes a políticas sociais, pois é dever do profissional “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos (as) usuários (as), através dos programas e políticas sociais” (BRASIL, 1993).

Uma das finalidades do Serviço Social é incentivar o protagonismo infantojuvenil, realizando atividades que demonstrem a cada um deles, como podem ser pessoas questionadoras e propositivas, contribuindo, portanto, para que deixem de aceitar passivamente todas as determinações que lhes são impostas. Na roda de conversa os educandos, junto com os educadores e o assistente social, elaboraram e discutem novas propostas para renovação do contrato pedagógico, são momentos de expor suas opiniões, reclamações, fazem avaliações sobre as atividades do dia a dia (NASCIMENTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2018, p.10).

A Roda é um espaço privilegiado em que se incentiva a vivência e o protagonismo infantojuvenil, já que se leva em consideração o que um projeto social deve realizar, não apenas, “para a criança e para o adolescente”, mas, “com a criança e ao adolescente”. Nesse ambiente, eles não são simples espectadores, mas são de fato, protagonistas e ali surgem os temas de seus interesses, críticas e sugestões (SILVA, 2013).

A experiência no estágio supervisionado vivenciada nessa instituição foi de grande relevância para a formação profissional, pois, a partir dela aprofundou-se o processo de conhecimento da realidade social fora do espaço acadêmico. Se acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social,

o estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (ABEPSS, 1999, p. 18).

As supervisões acadêmicas e, especialmente a de campo, muito contribuíram para a apreensão desse conhecimento da realidade. A pesquisa realizada por Costa constatou que

A supervisão é encarada por 60% dos estudantes estagiários como troca de experiência entre o supervisor e supervisionada, como também, um momento de confrontação entre teoria e prática: a supervisão de estágio é o momento de troca de ideias, ajuda mútua através do confronto e explicitação das dificuldades, em busca de uma melhor formação teórica e prática (COSTA, 2013, p. 93-94).

A ECDF se constitui como campo de estágio e um espaço rico em aprendizado e experiências, pois, sabe-se que é onde começa a observação do trabalho de um profissional já graduado, capacitado para adquirir e socializar os seus conhecimentos.

Em se tratando da supervisão direta do estágio curricular obrigatório, acrescenta-se que o estágio supervisionado na Escola de Circo Dom Fernando contribui de forma significativa no processo de aprendizagem por meio da relação entre teoria e prática, proporcionando uma troca de experiência entre supervisor e estudante no cotidiano profissional.

Cabe aqui ressaltar que, por meio da experiência vivenciada na ECDF foi possível constatar que a instituição tem como foco o direito de crianças e adolescentes, com suas ações voltadas ao público em questão e que esse Programa vem contribuindo para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

4.3 O Circo Social como educação não-formal

A ECDF tem como metodologia trazer por meio da arte circense a construção de um diálogo pedagógico no contexto da educação popular e numa perspectiva de promoção da cidadania e de transformação social. O trabalho desenvolvido no Programa, contribui, por meio do seu processo educativo, com a construção da autonomia de crianças e adolescentes, pois está fundado no incentivo ao diálogo e ao respeito mútuo, passando pela motivação das potencialidades de cada educando e pelo estímulo para se expressem além de trabalharem o ECA para que reconheçam seus direitos.

A defesa da participação de crianças e adolescentes nos contextos educativos alicerça-se nos princípios que reconhecem as crianças e adolescentes como atores sociais, sujeitos de direitos, e a instituição educativa como um espaço de contraposição à exclusão social e de produção de uma sociedade que se afirmar como direitos (SILVA, 2015, p. 59).

A participação das crianças e adolescentes nas atividades do Circo Social cria um contexto que permite aos participantes a possibilidade de expressar suas ideias, sentimentos e questionar suas opiniões. Isso é garantir aprendizado e conhecimento, se reconhecer como sujeito de direito.

Segundo Macedo (2012), a metodologia proposta pelo Circo Social objetiva auxiliar, sujeitos das classes populares na construção de sua subjetividade e contribui para a sua inserção na vida social. Com esse fim, são associados fundamentos teóricos e práticos que visam incentivar crianças, adolescentes e jovens a reconhecerem suas potencialidades para que, assim, possam criar novas perspectivas para o futuro.

A ECDF exerce influência no aprendizado das crianças e adolescentes também na escola formal. Pode-se considerar que tanto a escola formal quanto a Escola de Circo são importantes na vida das crianças e adolescentes, sendo que uma complementa a outra, pois a educação não formal, com a qual a ECDF trabalha, contribui com a formação cidadã de seus educandos.

Nessa perspectiva, os trabalhos da instituição estão sempre abertos à formação de parcerias com as escolas formais nas quais seus educandos estão inseridos, considerando de grande importância a formação dessas parcerias.

Em relação aos motivos pelos quais considera relevante a participação em programas como o da ECDF, são principalmente, o fato de tirar crianças e os adolescentes das ruas, pois dessa forma estarão menos expostos aos riscos de se envolverem com substâncias psicoativas.

Silva afirma que,

a educação oferecida na Escola de Circo Dom Fernando - ECDF, é de grande importância na vida das crianças e adolescentes, pois contribui para a emancipação e para a formação para a vida, para a superação e libertação das classes subalternas, para que possam sonhar e batalharem para melhoria de suas condições sociais (SILVA, 2001, p. 59).

Na realização das atividades de cunho educativo que buscam contribuir com a transformação da realidade dos educandos por meio da metodologia do Circo Social, os recursos pedagógicos utilizados para trabalhar com essas crianças são os elementos da cultura popular, como: circo, brincadeiras populares, capoeira, *hip hop*, por compreender a dinamicidade dessas manifestações e o potencial para as crianças aderirem esse tipo de atividade (Silva, 2013).

Segundo o Projeto Pedagógico da EDCF, as atividades são desenvolvidas em forma de oficinas que se constituem em recurso metodológico central no processo educativo desenvolvido. “São atividades culturais e artísticas que têm como objetivo

proporcionar às crianças e adolescentes a possibilidade de aprender brincando, a conviver com as diferenças, a interagir, a decidir em grupo” (ECDF, 2017).

Assim, na ECDF, são trabalhados a infância, a adolescência, a juventude, a família, a educação, o circo social, dentre outros temas, enfatizando o diálogo e a reflexão desse contexto (ECDF, 2017).

A ECDF tem como objetivo contribuir para a transformação da realidade social dos educandos divulgar e incentivar o interesse pela arte circense, sua história e seus saberes; potencializar o protagonismo infantojuvenil a participação das crianças e adolescentes na vida social e cultural de sua comunidade, potencializar o trabalho coletivo, orientar as famílias quanto aos seus direitos como cidadãos e a importância de seu papel na educação de criança e adolescente, promovendo a articulação com as escolas e os equipamentos sociais da Região. (ECDF, 2017).

No contexto da educação, pode-se relatar que entre as políticas públicas é a que maior incidência entre as políticas estudadas, mas não pode ser deixado de lado questionamentos constantes sobre sua qualidade. Almeida, em seu trabalho monográfico, constatou que

o enfrentamento da vulnerabilidade social se dá através de políticas públicas que visam diminuir a desigualdade social. É que o processo de minimização é a longo prazo, podendo levar até duas gerações para que se perceba as mudanças no quadro ao qual foi implantado uma nova política (ALMEIDA, 2014, p. 107).

Em relação ao acesso à cultura, é importante ressaltar que as atividades lúdicas e de lazer podem modificar a realidade de crianças e adolescentes. Machado (2017) destaca a importância dos valores culturais, artísticos e históricos para que crianças e adolescentes possam ter a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura e assim transformar sua realidade.

É no acesso à cultura que criança e adolescente se torne um cidadão crítico e que saiba tomar suas próprias decisões é necessário que tenha acesso à educação de qualidade onde possa abordar diversos tipos de assuntos culturais com liberdade de expressão e a melhor maneira para isso é frequentar vários pontos culturais como teatro, shows, cinema entre outros, o que lhe é garantido por lei

Conforme Pereira (2008, p.564) ressalta ainda que “a privação da cultura gera consequências devastadoras, como a falta de espírito crítico, ou até mesmo a apatia,

bem como a falta de capacidade de decisão devido ao desconhecimento a respeito de certos assuntos”

De acordo com Lafortune e Brochard, (2011), o circo social serve de ponte de acesso entre a comunidade e as crianças e os adolescentes, restabelecendo diálogo entre eles e suas famílias, envolvendo a comunidade, com o objetivo de mudarem a percepção no que diz respeito a suas realidades, possibilitando novas oportunidades.

Para Almeida e Gutierrez (2005), o lazer está diretamente relacionado com o tempo, visto que os indivíduos se preocupam em ter para ser, e não ser para ter. Conforme Stigger (1996), o lazer pode tornar-se um eficiente instrumento de auxílio no vasto esquema educacional, visualizando a promoção humana e o progresso da sociedade.

Assim como o acesso à cultura é direito fundamental de criança e adolescente é dever do Estado assegurar esse direito, conforme Chauí, a cultura é um direito adquirido, sendo papel do Estado cumpri-lo.

Pode concebê-la [a cultura] como um direito do cidadão e, portanto, assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais (CHAÚÍ, 2006, p.136).

Reafirma-se que toda criança e adolescente deve ter acesso à cultura, para contribuir no seu desenvolvimento, garantindo sua cidadania, conforme determina a Lei. Esse acesso é dificultado em razão da imensa desigualdade das classes sociais e, conseqüentemente, uma desigualdade em relação ao capital cultural.

Ainda que o ECA e a Constituição tenham reconhecido os direitos culturais de crianças e adolescentes, é necessário que sejam criadas garantias de sua efetivação, por meio de recursos que serão destinados para o desenvolvimento de políticas públicas específicas.

A produção de Machado (2017) destaca que há pouco investimento por parte do poder público para o acesso à cultura como direito fundamental de crianças e adolescentes, por isso, aqueles que frequentam a ECDF não têm exercido seu direito de acesso à cultura como previsto no ECA.

Salientamos ainda alguns dos direitos destes cidadãos que estão dispostos no artigo 71 do ECA: “a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição

peculiar de pessoa em desenvolvimento”. A criança e o adolescente em seu processo de desenvolvimento necessitam de momentos de entretenimento, pois segundo Amin:

Nas brincadeiras podem desenvolver-se algumas capacidades importantes como: a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas competências para a vida coletiva, através da interação e da utilização e experiência de regras e papéis sociais (AMIN, 2006, p.50).

Nota-se que a criança, mesmo brincando, está em desenvolvimento e por isso tornam-se necessárias leis que possam assegurar este direito.

Ressalta-se, contudo, que o lazer não está ligado somente a uma ideia de liberdade, brincadeiras, parques, atividades dentre outros, mas sim, compreendê-lo como um fenômeno cujas bases são mais profundas, envolvidas também em outras questões sociais fundamentais como cidadania, autonomia, empoderamento, desenvolvimento, educação e cultura (CRUZ, 2007).

Conforme Neves (2016), as atividades oferecidas pela ECDF contribuem, de alguma forma, para suprir essa “falta” de lazer que, de fato deveria ser inserida na vida cotidiana desses educandos por meio de políticas públicas. Devido a essa precariedade, os educandos recorrem, com outros meios de lazer, como ir à casa de amigos, brincar na rua, assistir TV, jogar videogame dentre outras atividades.

4.4 Crianças e Adolescentes têm o direito de participar de instâncias políticas deliberativas? Apresentando o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA)

Dentro dos movimentos de garantia de direitos da criança e adolescentes estão previstas as conferências livres, conferências municipais, conferência estadual, conferência regional e a conferência nacional, sendo elas de suma importância para a participação das crianças e adolescentes, sendo eles protagonistas dos seus direitos. (CONDECA, 2015).

Uma conferência é uma instância de participação social, que tem por objetivo institucionalizar a participação da sociedade nas atividades de planejamento, controle e gestão de uma determinada política ou de um conjunto de políticas públicas. “É um espaço de debates por excelência, no qual um conjunto de pessoas se reúne para

discutir acerca de temas específicos. Uma conferência pode acontecer em níveis local, municipal, regional, estadual e nacional”. (CONDECA, 2015).

Para se convocar uma conferência, os presidentes dos conselhos municipais, estaduais e do conselho nacional dos direitos da criança e adolescente o fazem, no caso da municipal, em conjunto com o prefeito, no caso da estadual em conjunto com o governador ou da União por meio de decreto, decreto esse que deve conter seu objetivo, o município e a data da realização da conferência e quem é o responsável financeiro pelo evento devendo ser publicado no Diário Oficial e/ou jornal de maior circulação no município. (CONDECA, 2015).

Os órgãos gestores da União, dos Estados e dos Municípios deverão prever dotação orçamentária e realizar a execução financeira, garantindo recursos e a infraestrutura necessários. Ressalta-se a importância da designação de equipe técnica e assessoria pelo órgão gestor, visando à operacionalização da Conferência juntamente ao Conselho. Para organizar uma Conferência, é necessário constituir uma Comissão Organizadora, que deverá ser paritária, com representantes do governo e da sociedade civil, e tendo como principais atribuições que é: elaborar o orçamento, propor estratégias de mobilização, definir o local para realizar a Conferência, preparar a programação, dentre outras. (CONDECA, 2015).

Desde 1995, a cada dois anos são realizadas as conferências nacionais dos direitos da criança e adolescentes no País, cada qual com o seu tema. A primeira Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aconteceu no período de 22 a 25 de novembro de 1995, em Brasília, com o tema “Crianças e Adolescentes – Prioridade Absoluta”, que contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas, entre representantes de conselhos de direitos da criança e adolescente e tutelar, fórum da Criança e do Adolescente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, convidados especiais do Ministério Público Federal, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, dentre outros, e teve por objetivo a definição das diretrizes da política nacional de atendimento dos direitos da criança e adolescente, o fortalecimento da articulação entre o CONANDA e os conselhos estaduais e municipais do direito da criança e adolescentes, a aprovação do relatório

brasileiro a ser encaminhado a Nações Unidas sobre a Implantação da Convenção Internacional. (CONDECA, 2015).

Já a segunda Conferência Nacional ocorreu em 1997, no período de 17 a 20 de agosto, com o mesmo tema da primeira, contou com a participação de 800 pessoas e teve como objetivo “promover uma ampla mobilização social” nas esferas municipal, estadual e nacional. A terceira Conferência Nacional aconteceu em 1999, em Brasília com o tema “Uma década de história rumo ao terceiro milênio” com o objetivo “promover ampla mobilização social nas esferas municipal, estadual, e nacional para avaliar a implantação e implementação das políticas relacionadas às crianças e adolescentes, com a participação de 1.000 pessoas entre delegados, observadores e convidados especiais. (CONDECA, 2015).

A quarta Conferência ocorreu de 19 a 22 de novembro de 2001, em Brasília, com o tema: Crianças, adolescentes e violência, tendo seu tema: “Violência é covardia as Marcas Ficam na Sociedade”, e teve como objetivo geral: “promover ampla reflexão sobre a infância e a adolescência e sua relação com a violência, contou também com a participação de 1.000 pessoas, sendo 516 delegados, 40 observadores e demais convidados especiais, além de palestrantes e debatedores. Como resultado dessa conferência, foi lançado o Pacto pela Paz. (CONDECA, 2015).

Foi em 2001 que as crianças e adolescentes reivindicaram sua participação na categoria de delegado (a) da conferência junto com os jovens e adultos. Em 12 de março de 2003 na V Conferência Nacional com o tema: “Pacto pela Paz – Uma Construção possível”, que teve por objetivo geral: promover ampla reflexão sobre o protagonismo social na implementação do “Pacto pela Paz” no contexto das relações Estado e Sociedade, contou com a participação de 1.200 pessoas, sendo 822 delegada(o)s (incluindo os adolescentes) e 480 convidados, contou com a participação também do Presidente da República e 11 Ministros de Estado. (CONDECA, 2015).

O exercício da participação popular na elaboração e fiscalização das políticas públicas é algo recente na democracia brasileira. Portanto, o fato da garantia da presença de crianças e adolescentes em espaços de disputas políticas, como essas conferências dos direitos da criança e do adolescente é algo que surpreende pela “ousadia” e práxis educativa, porque provoca a ruptura do discurso de fazer política

“para” crianças e adolescentes, e parte para a prática de fazer política “com” crianças e adolescentes. (Conforme citado no item 1.2 deste trabalho)

Ocorreram também conferências nacionais no ano de 2005, 2007, 2009 e 2012, todas direcionadas aos direitos da criança e adolescentes, e todas com participações das próprias crianças até mesmo como delegados.

Foi a partir daí, que se deu a participação e o protagonismo da criança e do adolescente nas comissões organizadoras da Conferência Nacional, Estadual, Distrital e Municipal através da Resolução nº 149, de 26 de maio de 2011. A VIII Conferência Nacional, que ocorreu em 2009, foi a que marcou e representou um período importante para a proteção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil porque nela se estabeleceu a participação efetiva das crianças e adolescentes nas comissões organizadoras das conferências, quando 1/3 dos delegados da 8ª Conferência eram formados por estes.

Na IX Conferência se criou o que se denomina o G27, que é a nomeação de um jovem de cada Estado, que se torna delegado (a) e representa seu Estado para ajudar na elaboração dos eixos estratégicos de discussão da conferência. Tornando-se assim protagonistas de seus direitos, obtendo voz ativa nas decisões e tentativas de mudanças, e não tendo só isso como participação, mas obtendo também cobertura jornalística da conferência por meio da Agência Jovem de Notícias, que é feita pelos próprios adolescentes. Essa atividade tem como objetivo capacitar adolescentes e jovens para uma produção comunicativa autônoma. Este encontro reuniu cerca de 2.600 delegados sendo que 600 eram os próprios adolescentes. (CONDECA, 2015).

O ano de 2015 traz como novidade a instituição de outra instância de participação de crianças e adolescentes, são as Conferências Livres. Essa é uma modalidade de conferência realizada apenas com a participação de crianças e adolescentes, com assessoria de representantes dos Conselhos Municipal e Estadual. Em geral é realizada numa instituição que atende esse segmento, congregando representantes de outras instituições de uma mesma região do município. Além de discutirem aspectos que serão abordados na Conferência Municipal, as Conferências Livres servem também como espaço para eleição dos delegados (as) que participarão da etapa municipal. Na Conferência Municipal serão escolhidos os delegados para a

Conferência Estadual e dessas sairão os representantes dos estados que comporão o G27. (CONDECA, 2015).

Dentro dessas discussões e propostas apresentadas nas conferências, salientam-se os cinco eixos estratégicos do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes que foram abordados e discutidos na IX Conferência Nacional, sendo eles: 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, 2 – Proteção e Defesa dos Direitos, 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos, e 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. (CONANDA, 2011).

Em Goiânia, foram realizadas no ano de 2015 três Conferências Livres, sendo uma na Escola de Circo Dom Fernando – ECDF, uma no Centro de Educação Comunitária de Meninos e Meninas – CECOM e outra no Centro Salesiano do Adolescente Aprendiz– CESAM.

Diante disso, ressalta-se que a construção do protagonismo de crianças e adolescentes deve ser não só incentivado como também viabilizado. NA ECDF, no ano de 2014 foi constituído um grupo de adolescentes o qual tem a sua participação dentro de um grupo temático no Conselho Estadual da Criança e Adolescente de Goiânia o qual tem se colocado como um espaço no qual eles próprios podem se expressar e participar, não apenas ouvindo, mas sim opinando em questões de seus interesses.

5 Considerações Finais

O objetivo deste trabalho, foi investigar a importância da garantia de direitos de crianças e adolescentes, considerando a contextualização da história infantojuvenil brasileira. Entender de que forma é possível dar voz à criança e ao adolescente e torná-lo escritor da sua própria história, assim garantindo autonomia e a emancipação humana, e torná-lo parte do processo de articulação e participação.

A participação de crianças e adolescentes a partir do CPA na ECDF estimula a consciência crítica por meio de diversas atividades e discussões com temas diversos como: políticas públicas, setembro amarelo, consciência negra, dentre outras propostas de reflexão crítica. Estas atividades são executadas pelo Serviço Social e outros profissionais da ECDF em rodas de conversas e demais instrumentos técnicos operativos ampliando cada vez mais o senso crítico, e os horizontes.

Essa participação nas atividades da ECDF, e principalmente no CPA, também permite expressar não apenas ideias, como também sentimentos, questionar opiniões; isto é, garante o aprendizado e conhecimento e o reconhecimento como sujeitos de direitos. O quão bom seria se existissem centenas de instituições, como a ECDF que trabalham com crianças e adolescentes, exercitando a cidadania e a autonomia, dando voz aos mesmos!

Vale ressaltar, que esta pesquisa foi realizada em meio ao cenário de caos em todo o mundo: a pandemia da COVID-19. O Brasil, assolado por uma pandemia de nível global, passando por um colapso na economia e no plano social que agudiza cada vez mais as expressões da questão social, matéria prima de trabalho do assistente social. Estamos em um período de negação e regressão de políticas sociais públicas e consequentemente de direitos sociais que impactam diretamente no exercício da cidadania.

Por isso, apresentar e discutir sobre direitos torna-se uma tarefa árdua e complexa, pois estes se apresentam em uma conjuntura de transformações que em sua maioria não se limita somente à retirada de direitos, mas à negação de direitos. Ademais, a pandemia ao cercear o contato físico, limitou e enfraqueceu a coleta dos dados e o levantamento de arcabouço teórico prático por não proporcionar oportunidade de estar presencialmente nos espaços de discussão

O estudo feito até aqui faz parte de um conjunto de ensaios realizado por outros pesquisadores/as na ECDF, tendo como núcleo, o trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes nos mais diversos projetos e oficinas. Ainda não se esgotaram os problemas e há muitos desafios que deverão ser enfrentados e pesquisados naquele *locus*; por isso, é necessário que profissionais e estudantes estejam atentos para a realidade que se transforma em um momento de acirramento da grande luta de defesa e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ABEPS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1999.

ALMEIDA, N. L.T. Magistério Direção e Supervisão Acadêmica / Nei Luiz Teixeira de Almeida / In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

ALMEIDA, M.A.B;; GUTIERREZ, G.L. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. **Conexões** v. 2, n.1, 2004.

ALMEIDA, Leonardo Araújo. **A situação de vulnerabilidade social das famílias de crianças e adolescentes da escola de circo Dom Fernando**. Goiânia, 2014 - 109, f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia 2014.

AMARAL, A. S. CESAR, M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. / Ângela Santana do Amaral, Monica Cesar / In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

AMARAL, Antônio Fernando do. **Estatuto, o novo direito da criança e do adolescente e a justiça da infância e da juventude**. Florianópolis: TJSC, 1996.

AMIN, Andréia Rodrigues – Dos Direitos Fundamentais: in MACIEL, Kátia Regina F. L. A. – **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**; Rio de Janeiro, IBDFAM e Lumen Juris, 2006.

ARAÚJO, Denilson Cardoso de; COUTINHO, Inês Joaquina Sant'Ana Santos. 80 anos do Código de Menores. Mello Mattos: a vida que se fez lei. **Jus Navigandi**, Teresina, , , . Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/10879/codigo-de-menores-80-anos> >. Acesso em: 22 Agosto. 2021.

ATAÍDE, Jussara Barbosa; SILVA, Mayara Thayane da. **Violação dos direitos infantojuvenis: o combate à violência letal e o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte no estado de Alagoas** – PPCAAM/AL. 2014. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Maceió/AL, 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva. TER.RA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: CFESS, 2012

BEHRING.E. R. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital./ Elaine Rossetti Behring/ In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** / Ivonete Boschetti / 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais / Ivonete Boschetti / In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Assessoria, Consultoria e Serviço Social. Rio de Janeiro: **7 Letras; FAPERJ**, 2006.

BRASIL. Lei Nº 8.742/1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. MDS/SAS.** Brasília: Senado, 1993

BRASIL, **MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA.** Centro de Formação Básica de Educadores. 2003

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em: 20 agosto. 2021.

BRASIL. **Dispõe sobre a consolidação das leis de assistência e proteção aos menores.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm < Acesso em: Nov./2021

BRASIL. **LEI Nº 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979.** Dispõe sobre a instituição do Código de Menores e revoga o Decreto nº 17.943-A de 12 de Outubro de 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123> Acesso em: Nov./2021.

CASSOLI, Tiago. **Do perigo das ruas ao risco do picadeiro: circo social e práticas educacionais não governamentais.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CARDOSO, Raquel da Silva. SILVA, Eliana Pontes da. SOBRAL, Osvaldo José. **UMA BREVE HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA, FAMÍLIA E ESCOLA.** IV Semana de Integração: XIII Semana de Letras, XV Semana de Pedagogia e I Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX) – “Educação e Linguagem: (re)significando o conhecimento”, UEG – Câmpus Inhumas: 8 a 13 de junho de 2015.

CARVALHO, R.: IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural, o Direito à Cultura,** 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL (1993). In: **Assistente Social, Ética e Direitos**. Coletânea de leis e resoluções. CRESS/ RJ, 2002.

CONDECA. Manual Orientador para Realização de Conferências. VI Conferência Lúdica e X Conferência Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. COMISSÃO ORGANIZADORA DA X CONFERÊNCIA E DA VI CONFERÊNCIA LÚDICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, São Paulo, 2015.

COSSETIN, Márcia. LARA, Ângela Mara de Barros. O Percurso Histórico Das Políticas Públicas De Atenção À Criança E Ao Adolescente No Brasil: O Período De 1920 A 1979. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67**, p. 115-128, mar 2016 – ISSN: 1676-2584

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão**. Brasília: CBIA, 1990.

COSTA, Olívia Maria Jácome. **Estágio em Serviço Social: uma reflexão crítica**/ Goiânia: Editora Vieira, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Lazer, Cidadania e Responsabilidade Social**. Brasília: SESI/DN, 2006.

FALEIROS, Eva Silveira. **A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império**. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/USU/Amais, 1995. p.221-236

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (Orgs.). **A Arte de Governar Crianças. A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento Econômico, 1996.

FONSECA, Júlia Brito. O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Jusbrasil.com.br**, 2014. Impressão 2021. Disponível em:

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor** / Maria da Glória Gonh.- 2. Ed- São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa época ; v 71)

GUIMARÃES, Tacielly Araujo Rodrigues. **Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente: conselho tutelar de Brasília**. 2014. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social pela Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2014.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81-142, set./dez. 2017.

IAMAMOTTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO. M. V. O Serviço Social na cena contemporânea / Marilda Villela lamamoto / In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

IAMAMOTO. M. V. Os Espaços Sócio-ocupacionais do assistente social / Marilda Villela lamamoto / In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

LACERDA, Lélica Elis. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Serviço Social Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LAFORTUNE, Michel e BOUCHARD, Annie. **Guia do Educador de Circo Social – Das lições de circo às lições de vida**, 2011 – Cirque du Soleil.

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL (Nº 8. 662, de 7 de julho de 1993). In: **Assistente Social, Ética e Direitos**. Coletânea de leis e resoluções. CRESS/ RJ, 2002.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Processo Penal Juvenil**. São Paulo: Malheiros, 2006.

MACEDO, Cristina Alves de. **A educação e o circo social**. Salvador, 2012

MACHADO Ione. **O acesso à cultura como direito fundamental de crianças e adolescentes: espaço de construção coletiva na conquista da cidadania**. Goiânia, 2017. 51, f. Monografia. (Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2017.

MACHADO Ione. **O acesso à cultura como direito fundamental de crianças e adolescentes: espaço de construção coletiva na conquista da cidadania**. Goiânia, 2017. Goiânia – GO PUC, Goiás, 2017, Monografia. Graduação em Serviço Social.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MATOS, Maurílio Castro. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

MILANO FILHO, Nazir David. **Obrigações e responsabilidade civil do poder público perante a criança e o adolescente**. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2002.

NASCIMENTO, Enezita Maria da Silva de. **Diário de Campo**. Digitado, Goiânia. 2018

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991

NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 83, São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, Carmen Lucia dos Santos. **O lazer na Perspectiva dos educandos da Escola de Circo. Goiânia, 2016**. 57, f. Monografia. (Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, Maria Eliete. SILVEIRA, Dra. Darlene de Moraes. **A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NO CASO BRASILEIRO**, 2017.

OLIVEIRA, Thayla Soares de. **Protagonismo infanto-juvenil: A participação na defesa de direitos, 2015**.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. / Potyara A. P. Pereira / São Paulo: Cortez, 2008 ^a

PEREIRA, Mônica Rodrigues. **A Escola de Circo Dom Fernando e a Construção Cidadã de Crianças e Adolescentes. Goiânia, 2017**. 70, f. Monografia. (Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2017.

Projeto Pedagógico da Escola de Circo Dom Fernando/IDF/ PROEX- PUC Goiás. Goiânia, 2017.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Direito da criança e do adolescente: teoria jurídica da proteção integral**. Curitiba: Vicentina, 2008

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças** – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Del Niño, Santa Úrsula, Amais, 1995.

RIZZINI, Irene. **Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo, 2000

SANTIAGO, Mayane Alves Silva. **O sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes e as dificuldades enfrentadas pelo conselho tutelar**. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/open-pdf/cj046792.pdf/consult/cj046792.pdf> . Acesso em 29 set. 2021.

SANTOS, J. S. **“Questão Social” particularidades no Brasil**. / Joseane Soares Santos / Biblioteca Básica do Serviço Social, v.6. São Paulo: Cortez,2012.

SANTOS, Benedito Rodrigues (Org.). MNMMR- Uma trajetória de luta e trabalho em defesa da criança e do adolescente. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Coleção: **Cadernos de Defesa de Direitos**, Série 3, UNICEF. São Paulo, junho de 1994.

SARAIVA, João Batista Costa Saraiva. **Compêndio de Direito Penal Juvenil Adolescente e Ato Infracional. 4. Ed. Porto Alegre**: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, Maria Aparecida Marques da. **A repercussão do trabalho sócio-educativo realizado pela Escola de Circo Dom Fernando na Perspectiva das Unidades Educacionais da Região Leste – Goiânia**, 2013. 63, f. Monografia. (Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013.

SILVA, Bianca Beatrice Alves da, (Nome social) (Vanderlei Alves da Silva). **A Contribuição da Escola de Circo Dom Fernando no Enfrentamento do Bullying. Goiânia, 2015**. 76, f. Monografia. (Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2015.

SILVA, Danilo Joaquim Da: **As Influências do Circo Social para os egressos da Escola De Circo Dom Fernando/Instituto Dom Fernando/Proex – Puc-Go, Goiânia – 1998-2009**. (2013)

SILVA, Adriana Aparecida Rodrigues da: **A participação das crianças na roda de conversa: possibilidades e limites da ação educativa infantil (2015)**

SILVA, Marco Antônio Silva. Mobilização política e popular na Construção do ECA: uma trajetória histórica. Site: **Criança Livre** de trabalho infantil. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/colunas/mobilizacao-politica-e-popular-na-construcao-do-eca-uma-trajetoria-historica/>

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. Artigo: O estatuto da criança e do adolescente e o código de menores: descontinuidades e continuidades. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 83, Ano XXVI, 2005.

SOUZA, Tatiana de Jesus. O movimento nacional de meninos e meninas de rua e a conquista dos direitos. **Revista JUS.Navegandi**, 2013 Disponível em: <> Este texto foi publicado no Jus no endereço <https://jus.com.br/artigos/47033> Acesso em: Nov./2021.

STIGGER, M. P.. **Cultura Corporal no Espaço Público: uma Experiência de Extensão Universitária na Área do Lazer**. Utopia Ação Revista da Pró Reitoria de Extensão da UFGRS, Porto Alegre, v. 1, n.2, 1996.

TELLES, Vera. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. Polis, São Paulo, n. 14, p. 43-53, fev. 1994.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma sociologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses difusos e direitos da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 280 p

VIEIRA, Ana Luísa. Mobilização política e popular na construção do ECA: uma trajetória histórica. Publicado em 23/03/2018 no site: **CRIANÇA LIVRE** , Disponível em: . Acesso em: Nov./2021

YAZBEK. M. C. O significado sócio-histórico da profissão / Maria Carmelita Yazbek / In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

YAZBEK. M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade / Maria Carmelita Yazbek / In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais** (CFESS, 2009)

ZANELLA, Maria N. & LARA, Angela M. de Barros. O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais o nascimento da justiça juvenil. **Revista Angelus Novus**, USP – Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015.